



214ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

Data: 11/02/2026

Hora: 09h às 12h30

Local: Sala 1302 - 13º Andar- Cemig - Sede

Presentes:

Conselheiro/Empregado	Cargo/Entidade
José Ciro Mota	Presidente e representante titular classe industrial
Erick Nilson Souto	Representante titular classe poder público
Edilson Avelino da Mata	Representante titular classe comercial
José Luis França	Representante suplente classe comercial
Solange Medeiros	Representante titular classe residencial
Aline de Freitas Veloso	Representante titular classe rural
Luciano José de Oliveira	Secretário Executivo – Gerente de Ouvidoria CEMIG
Alexandre Ribeiro de Almeida	Assessor Relacionamento Institucional
Renata Ribeiro Silvestre	Agente de Ouvidoria
Hernane Salvador Braga	Gerente de Planejamento da Expansão da Distribuição
Eron Lopes Pereira	Gerente Priorização e Controle de Recursos
Gianne Lear O Prates	Analista de Regulação
Luciene Rezende Silva	Superintendente de Relacionamento com Clientes da Distribuição
Yuri Ribeiro De Faria	Analista de Regulação
Sandro Luiz da Silva Oliveira	Analista de Regulação

1 – Abertura

José Ciro Mota, presidente do conselho e representante da classe industrial, iniciou a reunião informando os demais conselheiros sobre sua participação, juntamente com o Vice-Presidente do Conselho e representante do Poder Público, Erick Nilson Souto, na inauguração da microrrede de distribuição do município de Serra da Saudade. Destacou que é o primeiro projeto desta natureza no país, que reúne a utilização de baterias, geração solar e automação avançada. Também comentou sobre sua participação em reunião na ANEEL que tratou sobre a nova tarifa branca em Jan/2026 e no aniversário da ABRADÉE, ocorrido em dez/2025.

Na sequência, os Conselheiros discutiram sobre melhor local para realização da próxima reunião itinerante e decidiram por Uberaba. Teófilo Otoni, Passos, Juiz de Fora e Carlos Chagas serão avaliadas para futuras reuniões itinerantes, podendo ser alterados. Alexandre, secretário executivo suplente, organizará o local para realização da reunião itinerante de Uberaba.

José Luis, conselheiro suplente da classe comercial, solicitou ao Luciano, secretário executivo do Conselho e gerente de Ouvidoria, um levantamento sobre quantidade e natureza das reclamações registradas no município de Uberaba e entorno.

José Ciro também solicitou aos demais conselheiros empenho na divulgação do evento para que mais consumidores tenham oportunidade de participar.

Ciro solicitou ainda o agendamento de reunião com o responsável pelo projeto de eficiência energética para alinhar a realização dos eventos nas escolas, especialmente pela intenção de realização de projeto conjunto, iniciando no município de Betim. O presidente solicitou, ainda, a realização de reunião com a equipe da prefeitura de Betim e da CEMIG, que é responsável pelas ações da distribuidora, para definição das escolas e dinâmica local e definição do escopo das ações.

Também foi autorizada a aquisição dos lápis de cor, conforme orçamento apresentado na reunião, que irão compor o kit a ser distribuído aos alunos durante a realização dos eventos nas escolas, além da cartilha 'Energia sem risco, sem desperdício e com muita cor' (com a logo do Conselho) e jogo da memória. Alexandre Ribeiro, assessor relacionamento institucional, mencionou que a CEMIG tem disponível veículo (van) que tem materiais sobre eficiência energética com maquetes, Cartilhas de eficiência energética.

Dando continuidade, Ciro comentou sobre a carta aberta, elaborada conjuntamente por todos os conselheiros, destacando a necessidade do Conselho se posicionar politicamente frente ao momento que o país atravessa com elevação da tarifa de energia, devido ao crescimento progressivo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Ponderou que o melhor momento para leitura da Carta Aberta será durante a realização do Imersão Indústria, evento promovido pela FIEMG, que ocorrerá nos dias 23 e 24 de abril de 2026. Após a divulgação da carta no evento, o Conselho irá publicar no Jornal o Tempo, além de divulgá-la nas mídias sociais e enviá-la por e-mail para o legislativo federal (Câmara e Senado).

Solange, conselheira representante da classe residencial, relatou a todos os presentes as dificuldades de manutenção da estrutura do Movimento das Donas de Casas e Consumidores de Minas Gerais após o falecimento da fundadora e presidente do movimento, Dona Lúcia Pacífico. Atualmente, Solange e Luciana Atheniense, advogada, atuante no movimento como assessora jurídica e candidata à presidência do Movimento, estão buscando novas alternativas para custeio do movimento até dezembro/2026, sobretudo para manter o cumprimento dos compromissos de representatividade já empenhados.

O presidente José Ciro mencionou sobre sua participação no evento comemorativo de 50 anos da ABRADÉE e que Marco Aurélio Madureira sairá da presidência da associação, após 7 anos. Será substituído por Patricia Audi, que assumirá a presidência da entidade a partir de 1º de março deste ano. Ela já atuou nos setores público e privado, em 30 anos de experiência profissional.

Solange questionou ao presidente José Ciro sobre a possibilidade de participação na 3ª edição do Amazonas Óleo, Gás e Energia – Expo e Conferência 2026, que ocorrerá em Manaus, mesmo após a comunicação formal do Conselho de Consumidores da Amazonas Energia ter noticiado que não realizará o Encontro Norte em março. Ciro recomendou confirmar a possibilidade de participação junto à ANEEL.

A Conselheira Aline, representante titular da classe rural, lembrou a todos da importância de o Conselho enviar contribuição sobre a Consulta Pública nº 46/2025 da ANEEL, aberta até 9 de março de 2026, propõe a aplicação automática da tarifa horária (Tarifa Branca) para

consumidores de baixa tensão residenciais, rurais e comerciais com consumo mensal de 1 MWh ou superior. A medida visa modernizar o sistema, sinalizar custos e lidar com a geração distribuída. José Luis sugeriu que os Conselheiros se reúnam, ainda que virtualmente, para debater sobre o assunto e construir conjuntamente uma contribuição. Ele pediu ao secretário executivo Luciano, que compartilhe a contribuição elaborada por CEMIG e se prontificou a realizar uma análise das informações da CP e construir uma minuta da proposição do Conselho, a ser compartilhada com os conselheiros. Luciano encaminhará o texto-base para apreciação de todos os conselheiros.

2 – Notícias da Cemig

Luciano José, secretário executivo do conselho, informou sobre as reuniões que a Cemig tem realizado em diversos municípios com os Procons locais, com o objetivo de tratar das questões mais relevantes que demandam ações específicas da distribuidora. Mencionou sobre o município de Juiz de Fora, onde está marcada reunião para acompanhamento de ações previamente ajustadas.

Informou também que a ANEEL adiou por seis meses a data para implantação do novo número de instalação nas faturas de energia elétrica, que estava previsto para iniciar em janeiro de 2026. Complementou que a Cemig já implementou a nova numeração em suas contas. Solange solicitou que sejam enviadas as peças produzidas para divulgação da nova instalação para que o material possa ser replicado pelo Movimento das Donas de Casas. Luciano destacou a importância da divulgação das informações verdadeiras para auxiliar no combate a desinformação promovida por vídeos que divulgaram informações falsas sobre a nova fatura. A conselheira Aline, mencionou que em janeiro, a FAEMG publicou vídeo com esclarecimentos e informações, de modo a orientar o produtor rural, reforçando a campanha positiva.

Luciano informou que foram sorteados os municípios da pesquisa ISQP 2026, que tem a coleta dos questionários prevista para ocorrer de fevereiro a abril de 2026. Sobre a pesquisa IASC, a Superintendente de Relacionamento com Clientes da Distribuição, Luciene Rezende Silva, relatou que a Cemig já concluiu a coleta dos questionários com o público-alvo e divulgará os resultados em março/2026. Foi solicitada a apresentação dos dados em reunião do Conselho, quando possível.

Luciano comunicou ainda que a apresentação sobre os resultados do projeto piloto da LIS Rural (piloto para leitura e impressão simultânea – LIS - das faturas de energia na área rural), que não foi possível apresentar na presente reunião devido à indisponibilidade de tempo, ficou adiada para reunião posterior à itinerante.

3 – Apresentação do PDD

Hernane Salvador, gerente de Planejamento da Expansão da Distribuição, apresentou os programas estruturantes do PDD 2023 -2027, três vezes superior ao ciclo anterior, configurando o maior PDD da história. Até o momento, foram realizados investimentos de R\$ 12,2 bilhões. Destacou que a realização está alinhada a meta projetada e o fato de que em 2025 o investimento de Distribuição foi o maior do Brasil, com obras estruturantes do sistema de alta tensão e conexão de novas subestações, contribuindo para melhoria do atendimento dos clientes e aumento da resiliência e disponibilidade do sistema. Também destacou aumento de obras de média tensão o que garantiu o aumento de clientes conectados em relação a 2024. Relatou que em 2025 foram mais de 330 mil clientes atendidos sem necessidade de obras. Outro ganho foi em relação ao desempenho do DEC que entregou 8,97h em 2025. Quanto ao Programa Minas Trifásico mencionou que até o momento realizou ampliação em 11.350km.

Alexandre Ribeiro, enfatizou a grande melhoria na região do Triângulo, com a interligação em 138 KV das subestações SE Iturama com a SE Água Vermelha da ISA CTEEP/ISA Energia Brasil.

Hernane apresentou ainda as subestações e obras estruturantes que estão previstas para serem entregues em 2026. Também foi informado que os estudos para o PDD 2028-2032 já foram iniciados com diagnóstico do desempenho do Sistema para definição das ações necessárias para fazer frente às necessidades do cenário futuro. Mencionou especialmente sobre integração de subestação em ARINOS, apresentado como destaque para EPE - Empresa de Pesquisa Energética Aline, chamou atenção para a região destacada do Noroeste Mineiro, mencionando sobre a situação do município de Chapada Gaúcha, acima de Arinos, que tem demanda reprimida e ainda tem potencial de expansão, dada a importante participação de agricultura irrigada e de pecuária.

Continuando a apresentação Hernane exibiu os registros da inauguração do sistema de microrrede de Serra da Saudade, que teve custo de 7 milhões. Noticiou que estão em análise outros 12 projetos similares. Ciro solicitou que seja divulgado os municípios que serão contemplados com os projetos. Os conselheiros comentaram sobre o custo do

“armazenamento”. Aline perguntou sobre os critérios para a definição dos locais e Hernane mencionou que a distribuidora levou em conta: baixa disponibilidade de carga e elevada distância de uma subestação, citando como exemplo o distrito de Lapinha da Serra.

O gerente pontuou também sobre o aumento da mobilização de equipes pesadas, que atualmente são 712, para fazer frente ao PDD e mencionou a dificuldade de plena atuação das equipes devido a indisponibilidade de mão de obra. A conselheira Aline, questionou sobre o treinamento dos eletricitistas, pois tem tomado conhecimento de diversas reclamações de produtores rurais sobre problemas como dificuldade para localizar as instalações para realização dos serviços e desperdício de materiais e pediu atenção especial para intensificar a capacitação das equipes. José Luis, suplente da classe comercial, questionou sobre o turnover das empreiteiras de construção, que provavelmente é alto, dificultando o processo com constante necessidade de treinamento, após ter questionado sobre o preço do serviço pago pela CEMIG às empreiteiras. Eron Lopes, Gerente Priorização e Controle de Recursos, mencionou que os valores são por tipo de serviço.

Hernane esclareceu que inclusive há previsão de absorver a mão-de-obra dos leituristas que tendem a ter serviço reduzido a medida em que avançar a implantação dos medidores inteligentes.

José Luis questionou sobre o impacto da redução da escala 6x1 no processo da distribuição. Eron esclareceu que o impacto será inferior a 20%.

Hernane relatou sobre o aumento da realização de obras de média tensão e as entregas feitas pela CEMIG em 2025. Foi relatado que cerca de 70% das obras atendem e foram realizadas em áreas rurais, sendo os demais 30% nas áreas urbanas. Destacou que o aumento na demanda em geração distribuída e no atendimento a obras na área rurais, contribuiu para o aumento no volume de obras. Os conselheiros ponderaram que a GD virou ônus para o consumidor final. Diante das informações, a conselheira Aline mencionou que tem acompanhado muitos casos de demora em respostas e atraso em obras, especialmente em casos em que o cliente pagou por parte do valor orçado para a obra, à vista, conforme a regra da CEMIG. Relatou que tem encaminhado diversos casos assim para atendimento pela equipe da CEMIG e aguarda alguns retornos. E, por fim, solicitou que seja compartilhado com os conselheiros a apuração do DEC e FEC rural, destacando quais subconjuntos são rurais.

No final da apresentação o gerente Hernane apresentou a lista de novas subestações previstas para 2026 e informou que a CEMIG está fazendo o diagnóstico do sistema atual e considerando as projeções de mercado para o próximo PDD 2028-2032.

O Conselheiro José Luis questionou ainda sobre as projeções para expansão de redes subterrâneas para os grandes centros, dando exemplo como potencial local a ser atendido a região do Vale do Sereno, em Nova Lima. Hernane esclareceu que embora existam estudos para expansão, eles são tímidos frente às necessidades apresentadas.

4 – ReN 1148/2026 – Resultado Consulta Pública nº 008/2024 – 2ª Fase

Gianne Lear O Prates, analista de regulação, apresentou o status da Consulta Pública Aneel 8/2024 que objetiva o estabelecimento de ações para aumentar a satisfação do consumidor em relação à prestação do serviço de distribuição.

Das contribuições apresentadas, 70% foram acatadas. No caso, o Conselho sugeriu que todas as classes de consumo fossem incluídas no IASC, contudo, a ANEEL optou por adiar tal alteração tendo em vista o custo e logística envolvidos. Relatou que com relação a outras contribuições a agência optou por realizar quando ocorrer a alteração da Resolução 1.000. Também esclareceu sobre a recalibragem dos incentivos econômicos, com ajustes nas curvas do IASC, exclusão do indicador PLA -Prazo de Ligações Atendidas, reformulação do ISFP – Indicador de Serviços Fora do Prazo, e modulação dos impactos dos indicadores ISgov e ICAsgo.

A analista destacou a alteração do fator X que teve alteração na componente qualidade antes medida pelo FER- Frequência Equivalente de Reclamação, e indicadores telefônicos e foi substituída pelo indicador de prazo ISFP, que representa 30% da dimensão comercial da componente Qualidade, sendo os 70% restantes relativos à dimensão técnica medida pelo DEC, que não teve alteração. Na alteração o ISPF passou a refletir a relação percentual dos 10 serviços comerciais executados com maior volume de atrasos ponderados pelo volume destes serviços, e apurado o percentual será enquadrado dentro de 5 faixas, havendo penalização a partir de 5% o que é bastante significativo e impacta a forma de gestão da empresa.

A conselheira Aline perguntou se há/se está acontecendo o incentivo aos consumidores a utilizar o site Consumidor.Gov. E foi respondido por Luciene Silva, superintendente que a nova medida da ANEEL é bastante disruptiva do ponto de vista do relacionamento comercial. Informou que prazo para resposta pela distribuidora é de 10 dias corridos e que, ao final do atendimento, o consumidor tem que “dar nota” para o atendimento. Destacou que a CEMIG tem tratado com a maior atenção os casos vindos do canal e que tem nota 2,1 no ISgov. Destacou que apesar da existência do indicador o foco da Cemig é no empenho para atender bem ao cliente de forma

que não seja necessário abrir reclamações e que se porventura for aberta uma reclamação que tratada de forma resolutiva eliminando a necessidade do cliente buscar alternativas para solução de sua demanda.

Por fim, Gianne informou que a vigência das novas regras ocorrerá a partir de 2027, ou seja no reajuste de 2027 já teremos o reflexo do desempenho 2026.

5- Impacto do corte de geração na tarifa de energia elétrica

O analista de regulação Yuri Ribeiro De Faria, explanou sobre o atual panorama da situação relativa ao Corte de Geração que é um mecanismo utilizado pelo Operador do Sistema (ONS) para limitar a geração de energia por conta de restrições que afetam todos os geradores, mas causam prejuízos financeiros aos empreendedores.

Mencionou que, atualmente, tem-se três tipos de corte: a) Confiabilidade (Sistema Interligado), equivale a 64% da energia cortada; b) Energética (Falta de carga), equivalente a 25% da energia cortada e c) Indisponibilidade externa (Redes, transformadores etc.), que representa 11% da energia cortada e sendo o único que tem direito legal de ressarcimento financeiro.

Destacou que, contudo, a Lei 15.269/2025 trouxe a possibilidade de ressarcimento por confiabilidade entre o período de set/2023 a nov/2025.

Yuri mencionou que segundo estudo da TR Soluções a estimativa é de que o impacto dos geradores relativo à compensação retroativa seja de cerca de R\$ 3,8 bilhões e uma estimativa anual futura da ordem de R\$ 3,3 bilhões. Questionado sobre o impacto desta nova lei para o consumidor final, Yuri esclareceu que isso equivale, em termos tarifários, a um acréscimo de cerca de R\$ 5,14/MWh no ano. Os conselheiros ponderaram que esse custo tende a tornar-se perene e entrar no escopo da CDE, onerando ainda mais o consumidor. Ocorreu debate e entendimento de que é custo indevido para o consumidor, justificando ainda mais a Carta do Conselho, a ser publicada após o Imersão Indústria, conforme já mencionado.

6 – Outros assuntos e demandas das classes de consumo

O secretário executivo, Luciano José, apresentou o orçamento para 2026 (soma do saldo remanescente de 2025 e do repasse de 2026) que totalizou R\$ 768.447,72.

Edilson questionou se o remanescente de 2026 acumula ao repasse de 2027. Luciano respondeu que sim, o remanescente soma ao repasse anual exceto quando há revisão tarifária, no caso da Cemig ocorrerá em maio de 2028, quando o valor remanescente do ano anterior, se houver, é aplicado na modicidade tarifária.

José Luis manifestou seu desconforto com relação a nota do Conselho no índice de avaliação da ANEEL e advertiu sobre a necessidade de acompanhar o plano de metas do CONCEMIG para garantir a execução do planejado.

Luciano citou os pontos do indicador instituído pela ANEEL para avaliação dos Conselhos, sendo eles: atuação na área de concessão (AT); taxa de execução do planejamento anual (TXE) e participação no processo decisório da ANEEL (PD).

Os Conselheiros solicitaram que sejam abertos os itens que compõem o indicador e agendaram uma reunião extraordinária, que será realizada em 04/03/2026, para avaliação detalhada dos indicadores do Conselho e construção da contribuição para CP 046.

A conselheira Aline solicitou que seja apresentada uma tabela com a regra dos indicadores atuais, o que foi executado em 2025 e o que está programado para 2026.

Na sequência, Aline comentou sobre a Consulta Pública 209/2025 do Ministério de Minas e Energia, que propõe a alteração dos horários para aplicação do benefício tarifário a que fazem jus: irrigantes e aquicultores. Mencionou que, atualmente, o benefício é aplicado para o período noturno e por 8,5 horas ininterruptas e que a proposta do MME traz especificações diversas e com sugestão de alteração para o período diurno. Nova proposta e suas implicações para o desenvolvimento das atividades produtivas foram analisadas pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Federações de Agricultura e diversas associações representativas do público-alvo, tendo sido elaborado texto que efetivamente atenda o setor produtivo e mantenha o desconto a que fazem jus. Na sequência, pediu que o Conselho endosse a contribuição feita pela FAEMG sobre o tema o que foi acatado pelos conselheiros.

Adicionalmente, anunciou que seu suplente no Conselho, Weber Bernardes de Andrade precisará se afastar devido a formalização à sua candidatura a cargo de Deputado Estadual e questionou sobre o prazo e rito a ser observado. O secretário executivo, Luciano, encaminhará as recomendações conforme a legislação vigente.

O conselheiro José Luis perguntou se há impedimento para realização das reuniões itinerantes do Conselho devido ao período eleitoral. Erick ponderou que não há impedimento pois nenhum dos Conselheiros é candidato.

Continuando apresentação de suas demandas a Conselheira Aline comentou sobre a recorrência dos problemas de falta de energia e de oscilação de tensão nos municípios de Uberlândia, Baependi, Cruzília, Itamonte, Lagoa da Prata, Minduri, São Vicente e região Leste de MG, mencionou que tem encaminhado os casos recebidos dos Sindicatos e diretamente dos produtores às equipes da CEMIG e pediu empenho da Cemig na solução dos problemas. Também relatou sobre apontamento feito por produtores do município de Nova Ponte por situações no entorno da represa e de contato de representante da CEMIG Geração e Transmissão, a fim de obter mais informações e poder realizar as orientações necessárias à base. Outro ponto apresentado foi sobre ação coordenada com equipes da CEMIG no município de Morada Nova de Minas, a partir de demanda feita pelo Sindicato de Produtores local e para a qual já foram realizadas três reuniões, inclusive com a presença do diretor Marcos Montes. Relatou que há forte demanda por energia na região para atendimento às atividades de aquicultura e irrigação, necessitando de rede trifásica e maior disponibilidade energética. Outras reuniões serão empreendidas para solução das demandas.

Alexandre Ribeiro fez menção sobre a subestação de Andrelândia para atendimento à região Sul, especialmente nos municípios citados pela conselheira, e sobre Morada Nova de Minas relatou que é o município com maior benefício pelo Programa Minas Trifásico.



214ª Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da Cemig

7 - Encerramento

José Ciro, presidente do Conselho, encerrou a reunião e convidando os presentes para o almoço.

José Ciro Mota
Presidente do Conselho de Consumidores
da CEMIG
Conselheiro Titular Representante da
Classe Industrial

Luciano José de Oliveira
Secretário Executivo do Conselho de
Consumidores da CEMIG

Solange Medeiros de Abreu
Conselheira Titular Representante da Classe
Residencial

Aline de Freitas Veloso
Conselheiro Titular Representante da Classe
Rural

Edilson Avelino da Mata
Conselheiro Titular Representante da Classe
Comercial

José Luis França dos Santos
Conselheiro Suplente Representante da
Classe Comercial

Erick Nilson Souto
Conselheiro Titular Representante da Classe
Poder Público

Alexandre Ribeiro de Almeida
Secretário Suplente do Conselho